



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
54ª Zona Eleitoral – Sombrio/SC

Processo n. 444-34.2016.6.24.0054 (Apuração de Eleição)

Vistos etc.

Tendo em vista o teor das decisões comunicadas, cujas cópias foram juntadas a estes autos, faz-se necessária nova totalização dos votos da eleição proporcional do ano de 2016 do município de Sombrio em razão da alteração na situação jurídica de duas coligações do pleito proporcional, consoante art. 183 da Resolução TSE nº 23.456/2015.

O reprocessamento do resultado da eleição proporcional deverá ser realizado mediante nova totalização dos votos, apuração do quociente eleitoral e distribuição das vagas aos eleitos, na forma dos arts. 106 a 109 do Código Eleitoral.

Para acompanhamento do procedimento, à vista dos preceitos normativos legais, determino a convocação dos membros que compuseram a Junta Eleitoral do pleito de 2016, os quais, convocados e nomeados na forma do art. 92 da Resolução TSE 23.465/2015, reconheço devidamente legitimados para o encargo, agora sob presidência dessa Magistrada, atualmente investida na função de Juíza Eleitoral da 54ª Zona Eleitoral.

Designo, na sede do Cartório Eleitoral, o dia 25 de outubro de 2019, às 9h30min, para a solenidade.

Por questões de economia e celeridade processual, designo para a mesma data, às 10h30min, a realização de sessão pública e solene para expedição de diploma aos novos vereadores eleitos, bem como para cancelamento dos diplomas que tiveram sua situação alterada (arts. 168 e 183, §3º Resolução TSE nº 23.456/2015).

Desde já, dispenso nova diplomação de vereadores em exercício, titulares ou suplentes, cujo mandato eletivo não sofra alteração em face do reprocessamento dos votos, pois nesses casos, a função estaria sendo exercida mediante válida diplomação, desde o processamento original do pleito de 2016.

Aliás, como bem pontuado pelo Ministro nos autos do Recurso Especial Eleitoral nº 2-34.2017.6.24.0054, *“é preciso considerar que as sanções não devem ultrapassar a coligação que deu causa à fraude, sob pena de cassar o mandato eletivo obtido por candidatos de forma legítima”*.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
54ª Zona Eleitoral – Sombrio/SC

Em face do exposto, considerando os dias e horários aprazados:

1- Convoque-se à Junta Eleitoral, intimando-os por qualquer meio idôneo a ser certificado nos autos.

2- Nos termos do art. 183, §2º da Resolução TSE nº 23.456/2015, expeça-se edital de convocação de partidos políticos, Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, com antecedência mínima de dois dias, para acompanhamento do reprocessamento dos votos e sessão de diplomação dos eleitos (art. 183, §2º, CE).

3- Para emprestar publicidade à sessão pública de diplomação, comunique-se à imprensa local.

4- Oficiem-se os E. TRE/SC e TSE acerca das providências tomadas.

Aguarde-se em cartório a realização da audiência.

Sombrio (SC), 15 de outubro de 2019


LIVIA BORGES ZWETSCH BECK
Juíza Eleitoral